

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Nação Portuguesa, Coimbra (1914 – 1938)

O aparecimento do Integralismo Lusitano prende-se imediatamente com a publicação, em 8 de Abril de 1914, na cidade de Coimbra da revista *Nação Portuguesa*, que veio a tornar-se o seu grande órgão teórico e doutrinário, (o seu primeiro periódico fora *Alma Portuguesa – Órgão do “Integralismo Lusitano – Revista de philosophia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades*, publicado em 1913, em apenas dois números).

A *Nação Portuguesa* conta na sua 1ª edição com o subtítulo *Revista de filosofia política*. Encimando o frontespício da revista, aparece a imagem de um pelicano a dilacerar a carne do peito para alimentar os filhos e as divisas de D. João II (“Pola Lei e pola Grei”). A seguir do subtítulo cada número contém um sumário. A partir da 2ª edição, 1922, surge como propriedade da Sociedade Integralista Editora, com a designação de “Revista de Cultura Nacionalista” e passa a ser publicada em Lisboa.

A revista veio a público na cidade de Coimbra e a sua administração situava-se na rua das Flores n.º 12. A edição foi assegurada pela conceituada casa França & Arménio. Os preços do número avulso eram de 200\$00 e com subscrição/assinatura para Portugal 2\$00 e no Estrangeiro, 3\$00. A partir de 1926, as condições de assinatura foram as seguintes: Continente, Ilhas e Espanha 60\$00; Colónias portuguesas 72\$00; Brasil 80\$00; Estrangeiro £ 1.0.0; Número Avulso 6\$00 e atrasados 7\$00. Eis os agentes da *Nação Portuguesa*: Guimarães- Revista *Gil Vicente*; Porto- António Álvaro Dória; Lobito- Eusébio Soares; Huambo- António Pais Pinheiro de Figueiredo; Beira- Luís Ribas; New Bedford- António Augusto Lopes; Tauton- António Gil Ferreira Mendes; Maranhão- A. G. C. d’Abreu e Ct.ª e S. Paulo- João Moura. Representantes em Madrid, o marquês de Quintanar e em Paris, Alberto de Monsaraz.

Conheceu seis séries, de 1914 a 1931. A partir de 1932 até 1938, passou a ser publicada em volumes. Os respectivos directores foram: Alberto de Monsaraz (1914 a 1916), António Sardinha (1922 a 1924) e Manuel Múrias (1926 a 1938). Os principais colaboradores, ao longo de vinte anos, foram: Alberto de Monsaraz, António Sardinha, Adriano Xavier Cordeiro, Amadeu de Vasconcellos («Mariotte»), Hipólito Raposo, José Adriano Pequito Rebelo, Luís d’Almeida Braga, Rolão Preto, Simeão Pinto de Mesquita, Afonso Lopes Vieira, João Amaral, Manuel Múrias, Alfredo Pimenta, Garcia Pulido, Caetano Beirão,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fernando Campos, J. Lúcio de Azevedo, Rodrigues Cavalheiro, João Ameal, Marcello Caetano, Martinho Nobre de Melo, Mussolini, Gonçalves Cerejeira, entre outros.

Na tentativa de divulgar a *Nação Portuguesa* numa primeira fase, duas partes distintas: 1^a- estudos de momentânea curiosidade, feitos de crónicas, transcrições, referências à revista; e, 2^a- ensaios de crítica, filosofia, história, ciência, sendo que os problemas do espírito foram sendo discutidos e formaram a contribuição original diante do ressurgimento mental, em que os integralistas se empenharam.

Destacam-se os seguintes exemplos de estudos históricos publicados na revista: António Rodrigues Cavalheiro, “À margem dum processo”(A questão Gomes Freire) I, II e III” (n.º 2, 1922; n.º 5, 1922 e n.º 5, 1925) e “Os Motins de Campo de Ourique em 1803” (vol. VII, 1931-32); António Sardinha, “O Sul contra o Norte I e II” (n.º 2, 1922 e n.º 3, 1922), “O génio peninsular” (n.º 4, 1922) e “1640” (n.º 6, 1922); Manuel Múrias, “A Batalha de S. Mamede (1128-1928)” (n.º 1, 1928) e “De Aljubarrota a Alcácer” (n.º 3, 1928). E realcem-se os seguintes estudos de crítica de obras históricas: “Portugal na Grande Guerra e o livro do major Vasco de Carvalho” (João de Castro, n.º 1, 1924); “Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio,” (J. Lúcio de Azevedo, n.º 3, 1925); “Um livro de João Ameal” (Manuel Múrias, vol. VII, 1933); “Um livro de João Ameal «No Limiar da Idade – Nova» (Fernando Campos, vol. IX, 1934); “O problema da sucessão do rei D. João VI na “História de Portugal” do sr. Fortunato de Almeida” (Caetano Beirão, vol. VII, 1932) e “Estudos Filosóficos e Críticos. Um livro notável de Alfredo Pimenta” (João Ameal, série VI, 1931). Diversos autores estrangeiros, sobretudo hispano-americanos, colaboraram: Angélica Palma, “Hispanismo y Nacionalismo” (n.º 5, 1922); A. Herchen, “A Abrilada” (n.º 10, 1923); Marquês de Lozoya, “Ganivet y el Hispanismo” (série IV, 1926), “La guerra de las Naranjas” (n.º 3, 1925) e “Notas sobre la obra de Antonio Sardinha” (n.º 3, 1928); Juan Beneyto Pérez, “Portugal y Felipe II” (n.º 6, 1926) e “Latinidad, Cristandad e Hispanismo” (n.º 10, 1927); Mussolini, “Elogio da ditadura” (vol. VII, 1933).

Consta uma biblioteca de autores contra-revolucionários franceses, que serviriam de referência e de estudo às leituras integralistas, entre eles: Charles Maurras, Georges Valois e Georges Sorel. A biblioteca criada pela *Nação Portuguesa* era uma autêntica secção editorial afim de capacitar os leitores para o necessário e inevitável ressurgimento de Portugal e, daí que se sugerisse o vital auxílio dos mesmos no intuito de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento e crescimento da secção editorial da revista.

No campo da orientação historiográfica a *Nação Portuguesa* recorreu aos autores contra-revolucionários portugueses. No final de cada número da revista, surgem de modo evidente e destacado, num género de biblioteca que serviu de referência aos estudos e leituras integralistas, os seguintes nomes que se destacam no pensamento contra-revolucionário luso: Faustino José da Madre de Deus, José Agostinho de Macedo (Fernando Campos, “No Centenário da morte do Pe. José Agostinho de Macedo”, vol. VII, 1931-32) e Frei Fortunato de S. Boaventura (Fernando Campos, “D. Frei Fortunato de S. Boaventura, Mestre da Contra-Revolução I, II, III e (Conclusão)”, série V, 1928; n.º 2, 1928; n.º 3, 1928 e n.º 4, 1928). A existência de uma biblioteca de autores genuinamente portugueses contra-revolucionários, formulada através de uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

autêntica genealogia que vai de Santo António de Lisboa até ao século XIX, de Alexandre Herculano, de Ramalho Ortigão (Alberto de Monsaraz, “Ramalho de Ortigão”, n.º 9, Outubro de 1915, António Sardinha, “A família de Ramalho”, n.º 11, 1926 e n.º 12, 1926), de Eça de Queiroz (Hipólito Raposo, “Pensamento político de Eça de Queiroz”, n.º 12, 1916) e de Oliveira Martins (João Ameal, “Escritores Nacionalistas”, série VI, 1931), prende-se com a reivindicação integralista em rebater a acusação republicana de que o Integralismo Lusitano seria uma mera importação intelectual francesa, ligada à Action Française de Charles Mauras.

No seu programa de revisionismo histórico, os integralistas reivindicaram as raízes portuguesas e uma originalidade própria, assente na recolha da tradição político-cultural do pensamento contra-revolucionário nacional do século XIX. Inspiraram-se e mencionaram os mestres contra-revolucionários e legitimistas portugueses, considerando-se na esteira do desengano de Almeida Garrett (Fernando Campos, “No Saguião do Liberalismo/ I O Desengano de Garrett”, série VI, 1931) e do lugar que este conferia ao carácter nacional de toda a cultura; da desilusão e da crítica a toda a centralização do poder em Alexandre Herculano (Hipólito Raposo, “A voz do profeta”, n.º 2, 1914 e Fernando Campos, “No Saguião do Liberalismo/A desilusão de Herculano”, série VI, 1931); do inconformismo de Antero de Quental; dos fundamentos populares da monarquia segundo Teófilo Braga; da ironia de Eça de Queiroz (António Álvaro Dória, “A obra de Eça de Queiroz”, vol. VII, 1931-32); da sátira ao parlamentarismo liberal realizada por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão (Fernando Campos, “No Saguião do Liberalismo/ A Penitência de Ramalho”, vol. VII, 1933 e João Ameal, “Ramalho Ortigão/Apóstolo da Saúde Portuguesa”, vol. X, 1936); do pessimismo e do nacionalismo de Oliveira Martins (Fernando Campos, “No Saguião do Liberalismo/IV O pessimismo de Oliveira Martins”, vol. VII, 1932); da importância politológica do Sebastianismo detectada por Sampaio Bruno e por Lúcio de Azevedo; e, da importância dos educadores portugueses por Ferreira Deusdado (Ferreira Deusdado, “O Espírito Mediéxico e o Espírito Humanista”, n.º 1, 1926) e da contrição de Fialho de Almeida (“Fialho de Almeida ou as vitórias mutiladas”, vol. XI, 1938). Ou seja os teóricos da primeira geração integralista recuperaram a ideologia anti-liberal e contra-revolucionária do século XIX nacional, introduzindo na cultura política portuguesa os elementos fundamentais do processo de legitimação ideológica do derrube da I República portuguesa: interpretação nacionalista da História de Portugal, que acentuava a ideia do Liberalismo como um corpo estranho à tradição portuguesa e responsável pelo seu declínio.

Assim sendo, e para os integralistas, sobretudo para Sardinha, a tarefa revisionista era considerada de grande importância quanto ao processo de restauração e de renovação de Portugal (António Sardinha, “Madre-Hispânia”, n.º 2, 1924). No contexto deste revisionismo histórico os integralistas foram glorificando a Lusitânia de Viriato (Luís Chaves, “Nos tempos heroicos da Península/Viriato, Herói da Lenda e da Raça”, n.º 3, 1928), a Reconquista dos cristãos aos mouros, da imaginária descentralização administrativa ocorrida pretensamente na Idade Média portuguesa ou seja a tradição municipalista (António Sardinha, “Teoria do Município/Exposição do problema I”, n.º 7, 1923 e “Teoria do Município II/Do valor do localismo”, n.º 8,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1923) sob a inspiração da idealização herculaneana acerca da Idade Média portuguesa, a fase henriquina dos Descobrimentos, sendo valorizada o desejo de expandir a fé cristã ou o espírito de cruzada.

O recurso à memória, à tradição e à identidade nacional expressas em rubricas/secções como por exemplo, “Os Nossos Mestres” e, principalmente, na coluna que passou a ser frequente em todos os números posteriores à 1.ª série, “Das Ideias, das Almas & dos Factos” e “Memento”, pautou-se sempre por uma vertente mais prática e de intervenção na vida política nacional, comentando, salientando e interrogando conforme a ideologia e doutrina integralistas.

Os objectivos da publicação da *Nação Portuguesa* visaram estabelecer um programa subordinado à defesa da monarquia orgânica tradicionalista e anti-parlamentar, visando duas grandes tendências: concentradora (nacionalismo) e descentralizadora. Na tendência concentradora destaque-se o poder pessoal do rei como chefe do Estado, que contempla a função governativa suprema, a função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais e profissionais. Tendência descentralizadora no aspecto económico (empresa, corporação e nação económica ou política económica do governo central), aspecto familiar administrativo (família, paróquia, município e nação administrativa cujo órgão era a Assembleia Nacional assistida pelo conselho técnico geral); aspecto judicial (julgado municipal, tribunal provincial, supremo tribunal de justiça e conselho superior da magistratura) aspecto espiritual (“O que nós queremos”, n.º 1, Abril de 1914).

Na sua primeira edição da *Nação Portuguesa* pode explicitar-se os seguintes objectivos: apresentar e explicitar a solução de um estado nacionalista (José Augusto Vaz Pinto, “Da essência e dos limites do Nacionalismo Português”, IV série, 1927) e monárquico; reatar a tradição (“Anúnciação”, n.º 1, Abril de 1914) e combater a República demoliberal portuguesa na sua «forma de governo representativo» (n.º 1, Abril de 1914). Reportando à segunda edição, tratava-se promover uma «restauração da Inteligência» (“Porque voltámos”, n.º 1, 1922) de modo a reconstruir a «fisionomia moral da Nacionalidade» (“Porque voltámos”, n.º 1, 1922) em consonância com o património das gerações transactas e os «estímulos sagrados», que abririam as «portas misteriosas do Futuro» (“Porque voltámos”, n.º 1, 1922), bem como registar a marcha ascensional dos «grandes movimentos político-sociais», como era o caso do Fascismo (Rolão Preto, “Crónica social”, n.º 1, 1924). Relativamente à 3.ª série intentava-se restituir o valor e conferir o devido lugar e sentido ao vocábulo crise; relacionar a então vivida situação portuguesa, uma vez que se encontrava em completa negação com as suas mais íntimas razões históricas (“Adiante, por sobre os cadáveres!”, n.º 1, 1924) com a crise e, explicitar os factores da crise na Europa de então, supostamente ameaçada, e talvez irreparavelmente mergulhada numa «anarquia mongol» diante da «ordem cristã» (“Adiante, por sobre os cadáveres!”, n.º 1, 1924). Concluiu-se que a situação portuguesa não seria de todo isolada da questão europeia e, a eventual crise que o nosso país poderia estar a atravessar, seria a mesma da civilização ocidental (“Adiante, por sobre os cadáveres!”, n.º 1, 1924). Reportando à 4.ª série a revista *Nação Portuguesa*, pretendia ir-se ao encontro da verdade segundo o legado do pensamento de António



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Sardinha, da vitória completa, definitiva de um pensamento que envolvia a ideia de reorganização do Estado nacionalista, monárquico e orgânico através da inteligência (Manuel Múrias, “Vigília de Armas”, IV série, 1926). Relativamente à 5.ª série, a tónica visava debruçar-se sobre a ideia da nacionalidade em crise, cujo antídoto a usar seria a tradição de modo a que Portugal pudesse regressar «à posse dos seus destinos imorredoiros» (António Sardinha, “Pratiquemos um acto de Inteligência”, série V, 1929). A ideia directriz conduziria, então, Portugal ao nacionalismo assente nos «dois elementos naturais, - Terra e Raça». Portanto, a renovação da nacionalidade seria condicionada pela devolução a Portugal da sua ideia directriz que passaria, também, pela renovação literária que contactaria de muito perto com a Terra e a Raça. A 6.ª edição intentava o questionamento do futuro numa época em que se verificavam «descobertas devassadoras» da ciência e o pensamento humano se encontrava numa autêntica encruzilhada, uma vez que era assolado pela dúvida, por um pretense falso espiritualismo e pressentia-se um cataclismo espiritual (António da Silva Rego, “Nova Renascença?”, série VI, 1929).

Entre os principais temas e debates abordados, refiram-se: o regresso da tradição, a crítica do constitucionalismo e o elogio da monarquia orgânica por oposição ao republicanismo “cartista”, que remontaria ao período dos Enciclopedistas e da Revolução Francesa. O retorno à tradição, dita contra-revolucionária e genuinamente lusa (João Ameal, “A Contra-Revolução Portuguesa”, série VI, 1931), constitui a base da reposição da monarquia orgânica e municipalista ou descentralizadora que respeitava a máxima integralista que o rei “governava, mas não administrava”. É através da tradição com a união dos interesses e das profissões assentes no corporativismo/organicismo, que todos estariam subordinados ao poder pátrio ou do nacionalismo integral e trabalhariam para a caracterização do bem comum, constituindo o ideal do Estado-Nação. Para os integralistas a tradição é a idealização do passado nacional sobretudo assente numa imaginária Idade Média e interrompida pelo surgimento do Iluminismo e depois das ideias liberais. Na visão integralista, a tradição fundar-se-ia na monarquia orgânica e sem aquela, o Estado-Nação não seria de todo possível. «A tradição não é um momento único da vida dum povo, não é uma acção isolada; é a lembrança de momentos e acções sucessivas, realizadas em tempos diferentes, mas tendo entre si um veio eterno que as liga e lhes dá a unidade» (“Da renascença do tradicionalismo na arte e na política”, nº 12, 1916. Ainda sobre o conceito de tradição nos integralistas, ver Manuel Múrias, “Nacionalismo e Catolicismo/Conceito de tradição I, II”, IV, 1927 e n.º 10, 1927).

Manuel Múrias sintetizou exemplarmente os propósitos do combate intelectual que a revista *Nação Portuguesa* se propôs debater com a opinião pública portuguesa no decurso da sua existência, a saber: a crítica da democracia, do parlamentarismo e do comunismo, a rectificação dos fundamentos da cultura portuguesa, bem como assinalar eventuais vícios dominantes, quiçá das suas notadas deficiências e apresentação das soluções «rasgadas e salvadoras», que o autor admitia que ninguém as sugerira tão bem como os vários colaboradores da *Nação Portuguesa* (Manuel Múrias, “No mesmo rumo”, vol. IX, 1934).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fonte: *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º 1 (8 de Abril de 1914) a n.º 6, v. 11 (1938), Coimbra e Lisboa, 1914 a 1938.

Bibliografia: ALMEIDA, José Carlos S. de, "Alguns apontamentos sobre o tema da revisão da história e da cultura como programa de trabalho em António Sardinha", in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, Especial (Nova Série), n.º 2, Julho-Dezembro 1988, pp. 153 a 166; CARDOSO, Miguel Esteves, "Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano", in *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 1399 a 1408; CARVALHO, Paulo Archer de, *A nação portuguesa ou a doutrinação integralista: 1914-1938: notas de cultura e de política*, Coimbra, P. A. Carvalho, 1992; Idem, *Nação e nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, policopiado; Idem, "Memória mítica da Nação- o caso do Integralismo Lusitano", in *Vértice*, II série, n.º 61, Julho-Agosto 1994, pp. 51 a 56; Idem, "De Sardinha a Salazar: o Nacionalismo entre a Euforia Mítica e a Formidável Paranóia", Separata de *Revista História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 79 a 123; Idem, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", Separata da Revista de *História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996, pp. 231 a 243. CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986. CUNHA, José António, BERNARDO, Luís Manuel, BARROS, Maria Nazaré e HENRIQUES, Mendo Castro, *A Filosofia Política no Integralismo Lusitano*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987. FERREIRA, Nuno Simão, *O Pensamento Integralista de Alberto de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2001, policopiado. GRILLO, Márcia, "História e Ideologia no Estado Novo – A revisão integralista do passado nacional", *Promontoria*, Ano 9, N.º 9, 2011, pp. 1 a 28. LOPES, António Francisco Cordeiro Figueiredo Cordeiro, *O Pensamento e a Acção de João Ameal- um percurso antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, policopiado. MEDINA, João, *Os Primeiros Fascistas Portugueses/ Subsídios para a História dos Primeiros Movimentos Fascistas em Portugal anteriores ao Nacional-Sindicalismo. Estudo Antológico*, Separata de *Vértice*, Coimbra, 1978; Idem, *Salazar e os fascistas/ Salazarismo e Nacional-Sindicalismo/ a história dum conflito/ 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978; Idem, "O integralismo republicano", in *História de Portugal/ Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias (Direcção de João Medina)*, vol. XII, O «Estado Novo», tomo I, *O ditador e a ditadura*, Alfragide, Ediclube, 1993, pp. 143 a 148. OLIVEIRA, Paulo Dias, "Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da *Nação Portuguesa* (1922-1923)", in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 26, 2009, pp. 155 a 171; PINTO, António Costa, "A formação do integralismo lusitano (1907-17)", in *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, n.º 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 1409 a 1419; Idem, *O Nacional-Sindicalismo e Salazar: o fascismo português no período entre as duas guerras*, Tese de Doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu, 1992; Idem, Os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; Idem, *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições 70, 2015. RELVAS, Susana, *António Sardinha e as suas relações culturais com Espanha: «pacto de quinas y de flores de lis» entre «os semeadores de nacionalidades»*, 2 vols., Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998. VENTURA, António, "Para uma autobiografia de António Sardinha", in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, Especial (Nova Série), N.º 2, Julho-Dezembro 1988, pp. 205 a 242; Idem, "António Sardinha: Mitologia Integralista e Revisão da História de Portugal", in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 de Julho de 1997)/ Mito e Símbolo na História de Portugal e do Brasil*, vol. 3, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1998, pp. 131 a 145.

Nuno Simão Ferreira